

INSTITUIÇÕES ÚTEIS PARA CONSULTA:

Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - para informações relativas à legislação de preservação e procedimentos
R. Gago Coutinho, 52, 3º andar. Laranjeiras. Tel.: 2976-6626

Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização Urbanística - AP 1 e 2 da Secretaria Municipal de Urbanismo

Botafogo - Rua Pinheiro Machado, 30, 2º andar - para informações relativas à legislação edilícia e urbana vigentes

Coordenação de licenciamento e fiscalização da Secretaria Municipal da Fazenda
4ª IRLF (Catete) - Rua Silveira Martins, 104

INSTITUIÇÕES ÚTEIS PARA PESQUISA:

Arquivo Geral da Cidade (construções até a década de 1920) - Rua Amoroso Lima, 15. Cidade Nova. 2273-3141

Arquivo Geral da Secretaria Municipal de Urbanismo

(construções a partir da década de 1930) - Av. Monsenhor Félix, 512 - Irajá

Arquivo Nacional - Praça da República, 173. Tel.:2179-1228

Fundação Casa de Rui Barbosa - Rua São Clemente, 134 - Botafogo. Tel.:3289-4600

Biblioteca Nacional - Av. Rio Branco, 219 - Centro. Tel.: 2220-9484 e 3095-3879

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - Av. Augusto Severo, 8/10º andar

Guia das APACs

Laranjeiras

Cosme Velho

01

02

03

04

05

06

07

08

n.09

10

11

12

13

14

15

16



Ano II Nº 1 2012

IRPH – Instituto Rio Patrimônio da Humanidade

Rua Gago Coutinho, 52, 3º andar
CEP: 22.221-070 – Laranjeiras – Rio de Janeiro – RJ
Tel: (21) 2976-6626 Fax: (21) 2976-6615
www.rio.rj.gov.br/patrimonio

Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

Eduardo Paes

Vice-prefeito

Carlos Alberto Vieira Muniz

Secretário da Casa Civil

Guilherme Nogueira Schleder

Presidente IRPH

Washington Menezes Fajardo

Coordenadora de Projetos e Fiscalização

Laura Di Blasi

Gerente de Cadastro, Pesquisa e Proteção

Henrique Costa Fonseca

Gerente de Conservação e Fiscalização

Luiz Eduardo Pinheiro da Silva

Textos

Equipe IRPH

Fotos

Acervo IRPH

Diagramação / Impressão / Acabamento

Ediouro Gráfica e Editora LTDA.

Arte-Final

Janaína Fernandes

Supervisão Gráfica e Editorial

Miguel Paixão

O que você precisa saber para licenciar obras em APAC?



O folder educativo e de orientação para a realização de obras em imóveis de Áreas de Proteção do Ambiente Cultural.



Distribuído gratuitamente no IRPH
Tiragem limitada



As Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC)

Por muito tempo, o único instrumento legal de proteção do patrimônio cultural no Brasil era o do **tombamento**, instituído pelo Decreto-Lei 25/37 para aquilo considerado como patrimônio histórico e artístico nacional e adotado pelas legislações estaduais e municipais. Protegiam-se, assim, bens culturais de valor excepcional, individuais ou conjuntos, mas de grande significado histórico ou artístico.

O Rio de Janeiro deu um passo à frente das demais localidades brasileiras ao criar um instrumento de proteção do patrimônio cultural diferente do tombamento, que conjugava preservação e desenvolvimento urbano: as **Áreas de Proteção do Ambiente Cultural – (APAC)**.

A criação das APACs, na cidade do Rio de Janeiro, teve início com o Projeto Corredor Cultural, em 1979, transformado em legislação municipal pelo Decreto 4.141 de 1983, e pela Lei 506/84, reformulada posteriormente pela Lei no 1.139/87. Esse projeto propôs a proteção das características arquitetônicas de fachadas, volumetrias, formas de cobertura e prismas de claraboias de imóveis localizados na Área Central de Negócios que não haviam sido alvo da ação renovadora do ambiente urbano que atingira o local nas décadas de 50 a 70 do século passado.

Em 1984, três outras áreas urbanas tiveram legislações específicas, com o nome de APA (Área de Proteção Ambiental)¹, a saber: bairro de Santa Teresa, Projeto SAGAS (bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro) e Rua Alfredo Chaves, no Humaitá. A partir de então, outras tantas foram sendo criadas até atingirmos o número de 33, aí se somando as Áreas de Entorno de Bens Tombados.

Com a edição do primeiro Plano Diretor Decenal da cidade (1992), a APA se transforma em APAC, ficando aquela denominação apenas para os ambientes naturais.

Uma APAC é constituída de bens imóveis – casas térreas, sobrados, prédios de pequeno/médio/grande portes – passeios, ruas, pavimentações, praças, usos e atividades, cuja ambiência em seu conjunto (homogêneo ou não), aparência, seus cheiros, suas idiosincrasias, especificidades, valores culturais e modos de vida conferem uma identidade própria a cada área urbana.

Através da criação de uma APAC, a legislação urbana estabelece imóveis que poderão ser **preservados** (fachadas, coberturas – formas e materiais, volumetria, claraboias e outros elementos arquitetônicos relevantes); outros, **passíveis de renovação**², que poderão até ser substituídos, dentro de parâmetros que respeitem a ambiência preservada. A legislação da APAC pode, também, estabelecer novos parâmetros urbanos como, por exemplo, gabaritos para a área, atividades e usos adequados e condições de parcelamento do solo. Assim, criam-se as condições necessárias para que a cidade possa garantir sua memória urbana, preservando sua imagem cultural e, ao mesmo tempo, fomentando a adaptação da cidade à contemporaneidade. A APAC não é um instrumento saudosista, mas culturalista, acumulativo, permitindo que novos valores e significados possam ser agregados à identidade urbana, promovendo a dinâmica vital da cidade.

¹ Regulamentada pelo Decreto 7.612/88.

² Cf. PLANO DIRETOR DECENAL, Lei Complementar 111/2011.

Dentro do IRPH, a Gerência de Conservação e Fiscalização, através de seus três Escritórios Técnicos, tem a atribuição de promover a preservação desse patrimônio, através de um trabalho cotidiano de GESTÃO, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL e FISCALIZAÇÃO.

Nosso trabalho consiste na análise das intervenções físicas em todos os imóveis situados nas APACs, com a orientação direta aos moradores, proprietários e profissionais quanto à melhor forma de se manter, conservar e reformar tais imóveis e acompanhando as obras; fiscalizando as áreas urbanas e, também, propondo maneiras mais adequadas de se manter o ambiente protegido com condições de habitabilidade.

Na cidade do Rio de Janeiro existem 33 APACs e Áreas de Entorno de Bens Tombados (AEBT), cujas gestões se distribuem pelos três Escritórios Técnicos. O 1º Escritório Técnico abrange a APAC do Corredor Cultural. O 2º Escritório Técnico se estende desde o Centro e Santa Teresa até a Zona Oeste, passando pela Ilha de Paquetá. Por fim, o 3º Escritório Técnico tem, sob sua tutela, as APACs dos bairros da Zona Sul. Vale ressaltar que qualquer que seja a intervenção pretendida para as edificações, até mesmo uma simples pintura externa ou a colocação de um letreiro, assim como transformação de uso, esta deve ter a licença da prefeitura.

Portanto, quem desejar restaurar, conservar, reformar ou construir um imóvel dentro das APACs deve procurar um dos nossos Escritórios Técnicos e receber todas as orientações pertinentes para que seu projeto esteja em conformidade com as diretrizes da preservação dos bens culturais.

Arquiteto Luiz Eduardo Pinheiro da Silva – Gerente de Conservação e Fiscalização.

SUMÁRIO

EVOLUÇÃO URBANA	03
COSME VELHO / LARANJEIRAS - AS APACS DO VALE DO RIO CARIOCA	08
BENS PRESERVADOS PELA LEI n. 1.784/91	10
BENS TOMBADOS PELO DECRETO n. 20.611/01	11
BENS PRESERVADOS PELO DECRETO n. 20.611/01	12
BENS TOMBADOS POR DECRETOS ESPECÍFICOS NAS ÁREAS DE PROTEÇÃO	14
MAPA	15



Rio Carioca

Primórdios

É uma das áreas mais antigas da cidade, tendo sido ocupada e explorada pelos portugueses já nas primeiras décadas após a fundação da cidade, mas conhecida pelos indígenas muito antes da colonização pela qualidade e abundância das águas do Rio Carioca e afluentes. Em 1567, as terras que margeavam o rio foram doadas em sesmaria aos membros da família do primeiro ouvidor do Rio de Janeiro, Cristóvão Monteiro, que nelas construiu o moinho velho, abriu roças e edificou casas.

O Rio Carioca tornou-se de importância fundamental para o abastecimento de água potável desses bairros e de toda a cidade do Rio de Janeiro. A captação de suas águas teve início no século XVII e, mais tarde, o rio foi totalmente canalizado restando, atualmente, apenas um trecho a céu aberto, que pode ser visto no Largo do Boticário. O primitivo caminho de acesso à região acompanhava o rio.

Nos dois primeiros séculos, a ocupação se deu de forma esparsa por grandes propriedades, seguindo os ciclos econômicos que caracterizavam o período colonial.

A área deu origem a dois bairros:

O do Cosme Velho, cujo início foi uma chácara, adquirida em 1727, pelo comerciante português Cosme Velho Pereira, situada na porção superior do vale, junto às encostas do Corcovado; e da Serra da Carioca. A localidade era conhecida como Bairro das Águas Férreas, devido às águas ferruginosas do rio. Após a morte de seu proprietário, a chácara foi loteada e vendida a alguns nobres da corte.

O de Laranjeiras foi se desenvolvendo ao longo do Rio Carioca, e anteriormente era conhecido como "Bairro do Vale do Carioca". Nessa parte havia um grande número de laranjeiras, o que originou o atual nome do bairro. Alguns historiadores preferem considerar a denominação como uma referência ao bairro de Laranjeiras em Portugal.

Final do século XVIII – a construção do Largo do Boticário

No final do século XVIII, a região do Carioca (que abrangia os dois bairros) encontrava-se dividida em 17 chácaras, cujos proprietários eram pessoas importantes da sociedade carioca.

As qualidades ambientais do sítio, além da demanda cada vez maior da população da cidade por terrenos para edificações, indicava a região como ideal para a expansão da cidade, o que resultou em novos parcelamentos.

Em fins do século XVIII, o sargento-mor Joaquim José da Silva Souto, conhecido como Boticário por ser dono de uma botica na antiga Rua Direita (atual de Rua Primeiro de Março), adquiriu uma dessas terras no Cosme Velho, onde construiu um conjunto de casas térreas. O complexo arquitetônico ficou conhecido como Largo do Boticário em sua homenagem.

Início e meados do século XIX – a presença da Família Real – a construção de palacetes

Durante sua estada no Brasil, D. Maria, rainha de Portugal, frequentou (acompanhada de suas damas) uma pequena fonte do bairro do Cosme Velho para beber das “águas férreas” do Rio Carioca, às quais se atribuíam propriedades medicinais. O local recebeu o nome de Bica da Rainha e é atualmente tombado.



Bica da Rainha

Em 1837, o comerciante Domingos Carvalho de Sá adquiriu a chácara que pertencera a Joaquim José Xavier da Silva e loteou parte dela, abrindo uma rua (a atual Gago Coutinho). A venda dos lotes foi um sucesso.

Três anos após, o filho do capitão Antônio Velasco seguiu o exemplo e abriu uma rua na propriedade que herdara e vendeu vários lotes, nascendo assim a atual Rua Pereira da Silva. E assim, com o falecimento dos velhos proprietários, seus herdeiros foram loteando cada quinhão da herança e, ao findar o século XIX, já estavam abertos mais 23 logradouros na região.

Após tentativas infrutíferas de implantação do café nas encostas do vale, a região consolidou sua ocupação residencial da aristocracia carioca. Nesse período vários solares e palacetes foram edificados como o que ficou conhecido como Solar dos Abacaxis - um exemplar importante em estilo neoclássico, edificado em

1843, de propriedade do comendador Borges da Costa. Atualmente, a imponente fachada, em meio ao casario e vegetação remanescente, completa a atmosfera bucólica do que outrora fora o bairro Cosme Velho.

Em 1853, começou a ser construído, no mesmo estilo, um palacete na antiga chácara de Domingos Francisco de Araújo Rozo, em Laranjeiras. Era a mais bela chácara da rua, que se chamava Rua Guanabara (atual Pinheiro Machado). Doze anos após, o Governo Imperial adquiriu o imóvel para ser a residência da Princesa Isabel e do Conde D'Eu, recém-casados, passando então a ser chamado de Palácio Isabel. A presença dos monarcas no bairro contribuiu muito para o seu desenvolvimento, uma vez que, o principal caminho de acesso ao edifício imperial era pela Rua Paissandu, que foi ornamentada pela princesa com palmeiras-imperiais que existem até os dias de hoje. Com o advento da República, o palácio hospedou visitantes ilustres, foi moradia de presidentes e, a partir de 1960, tornou-se sede do Governo do Estado (atual Palácio Guanabara).



Final do século XIX – a Fábrica Aliança

Em 1875 foi aberta a Praça São Salvador na área da antiga chácara de José Alexandre Carneiro Leão.

Cinco anos depois, o bairro de Laranjeiras ganhava feições industriais com a instalação da Companhia de Fiações e Tecidos Aliança, na área da atual Rua General Glicério. A empresa chegou a ter mais de mil operários e funcionou até 1938, dando origem a casas e vilas operárias. Essa fábrica mudou a composição sociocultural da população do bairro e, consequentemente, sua arquitetura e seu urbanismo. Muitas casas, pequenas, de porta e janela, foram edificadas; as vilas se espalharam pelo bairro, além daquelas construídas pela própria fábrica. O comércio cresceu e se diversificou. Os operários construíram um viver mais coletivo e popular. A firma oferecia atividades culturais e de lazer através do clube, do cinema e do teatro, além de escolas para os filhos de seus empregados. O aristocrático bairro de Laranjeiras passou a ser também operário, sem que existissem conflitos entre as diversas classes sociais que ali viviam.

Na mesma década, o imperador D. Pedro II concedeu a dois engenheiros uma área, localizada entre a Rua do Cosme Velho e o Alto do Corcovado, para exploração e construção



de uma estrada de ferro. Dentre as concessões, constava a construção de um hotel-restaurante. Em 1884, a estação e o trecho inicial da Estrada de Ferro do Corcovado foram abertos ao público. Desta estação atualmente parte o trem que leva turistas até o pico do Corcovado (704m), onde está a estátua do Cristo Redentor, símbolo máximo da cidade e eleita uma das sete maravilhas do mundo moderno.

Início do século XX – os melhoramentos urbanos

O Rio de Janeiro passou por grandes transformações urbanas no início do XX, para que, segundo os governantes, intelectuais e empresários, se adequasse aos tempos modernos. O sonho de todos esses agentes era sanear a cidade, equipá-la, embelezá-la segundo a estética de influência dos centros cosmopolitas da Europa. O prefeito Pereira Passos, o que mais contribuiu para essa cosmopolitização da cidade, era morador de Laranjeiras e fez no bairro grandes obras, como a canalização do Rio Carioca em galerias subterrâneas, a urbanização da Praça São Salvador, a arborização dos logradouros e a pavimentação a asfalto de várias ruas. Com essas obras, o ar bucólico da Rua das Laranjeiras - com o rio correndo, embora canalizado, mas a céu aberto, interceptado por pitorescas pontes - foi eliminado, restando apenas a beleza individual das casas particulares circundadas por seus jardins.

A essa altura, bondes percorriam a Rua das Laranjeiras, o túnel da Rua Alice (o primeiro da cidade, aberto em 1887) fazia a ligação com o Rio Comprido e já tinha sido iniciado o corte do Morro Novo Mundo ligando Laranjeiras a Botafogo. Os bondes elétricos foram instalados pela Companhia Jardim Botânico e iam até a Bica da Rainha, no Cosme Velho. Embora situada entre o Centro da cidade e a Zona Sul, mas por causa das montanhas que cercam sua área, Laranjeiras era protegida do tráfego de passagem que se fazia entre as duas partes. Essa peculiaridade, que lhe garantia ter apenas o pequeno tráfego interno, começou a ser alterada com a abertura do túnel da Rua Alice e, em seguida, com a realização do corte do morro ligando a Rua Pinheiro Machado à Rua Farani.

De 1909 a 1914, na antiga chácara de Carvalho de Sá, junto ao Morro da Nova Cintra, adquirida pelo empresário Eduardo Guinle, foi construído o Palácio das Laranjeiras, com seus belos jardins. Em 1947, o palácio passou para o Governo Federal e, em 1975, foi cedido ao Governo Estadual. Nos jardins, ocupando uma área de 25 mil metros quadrados, surgiu mais tarde o Parque Guinle.

Vizinho ao atual Palácio Guanabara na Rua Pinheiro Machado instalou-se, em 1915, o Fluminense Football Club, que ali construiu o seu Estádio das Laranjeiras.

Nos decênios de 1920 e 1930, foi reformado o conjunto arquitetônico do Largo do Boticário, com aproveitamento do material das demolições ocorridas na parte antiga do Centro da cidade. Azulejos, portas e traves de jacarandá, lâmpioes, figuras de louças foram selecionados e requalificados para enobrecer o casario conforme a moda neocolonial vigente. A pavimentação do largo, até a década de 1920, era em pé de moleque, mas durante a gestão do prefeito Prado Junior, foi substituída pelas atuais lajes de pedra. Em torno do ano de 1934, o arquiteto Lúcio Costa foi incumbido da reforma de duas casas do largo, e utilizou novamente materiais de demolição, mantendo a mesma linguagem neocolonial. A partir de então, o Largo do Boticário se manteve com as mesmas características. É sem dúvida um dos conjuntos arquitetônicos mais pitorescos do Rio de Janeiro, não somente pela arquitetura, mas também pelas matas que o cercam assim como por ter uma corredeira a céu aberto, das águas do Rio Carioca.



Largo do Boticário

Os grandes empreendimentos imobiliários em Laranjeiras na primeira metade do século XX

A Companhia Sul América realizou na região o primeiro empreendimento imobiliário de grande porte, abrindo uma rua (a Pires de Almeida) e construindo 23 edifícios. O projeto é de 1927, e as obras foram concluídas três anos depois.



Rua Pires de Almeida

Em 1939, a Fábrica Aliança começou a ser desativada e seus proprietários planejaram um grande loteamento, com projeto do arquiteto paulista Washington de Azevedo, no terreno que ela ocupava. O loteamento chamou-se "Jardim Laranjeiras" e só foi implantado em 1945, com alterações no seu projeto original.



Rua General Glicério

Foi um grande impacto urbanístico sobre o bairro, já que novas ruas se abriram, com cerca de 360 lotes e 12 terrenos para edifícios de 12 andares.

O terceiro grande empreendimento imobiliário foi realizado pela família Guinle, em parte dos jardins do Palácio das Laranjeiras, de sua propriedade, com projeto do arquiteto Lúcio Costa. Desse arquiteto são também os três primeiros prédios do conjunto, os outros foram projetados pelo escritório M. M. Roberto Arquitetos.

Trata-se de importante conjunto arquitetônico, reconhecido internacionalmente como expressivo exemplar da arquitetura e do urbanismo modernos, construídos entre 1948 e 1954. São três exemplos de intervenções modernas em Laranjeiras que, embora tenham alterado sua ambiência, não provocaram a sua degradação. A qualidade arquitetônica e urbanística desses três empreendimentos assegurou-lhes posteriormente o seu tombamento.

Segunda metade do século XX

A tranquilidade da região foi afetada com a inauguração do Túnel Santa Bárbara em 1963, quando Laranjeiras virou rota de ligação entre as zonas Norte e Sul, o que foi acentuado com a abertura do Túnel Rebouças em 1965, que abriu acesso para a Lagoa e outros bairros da Zona Sul e trouxe trânsito intenso para as ruas das Laranjeiras e Cosme Velho. São obras rodoviárias que descaracterizaram esses bairros, tornando-os de passagem, barulhentos e poluídos. As legislações urbanísticas também colaboraram para o desrespeito as características ambientais e o patrimônio arquitetônico de Laranjeiras e do Cosme Velho, incentivando a verticalização das edificações. Nas décadas de 1960 e 1970, imobiliárias derrubaram antigos solares e levantaram prédios de apartamentos, contribuindo com o processo de favelização das encostas da região.



Rua Cosme Velho

Atualidade

Alguns locais e edificações sobreviveram à fúria da especulação imobiliária, como os palácios da Guanabara e de Laranjeiras, a casa da família Modesto Leal, o conjunto arquitetônico das “Casas Casadas”, entre outros. E locais pitorescos como o “Portugal Pequeno” (Rua Cardoso Júnior) e o Mercadinho São José.

Os bairros abrigam importantes instituições, como o Instituto Nacional de Educação de Surdos, os colégios Sion e São Vicente de Paula, a Casa do Minho, a Dataprev, a Igreja de São Judas Tadeu, o Museu Internacional de Arte Naïf, o Fluminense Football Club, entre outras.

O Cosme Velho e Laranjeiras ainda guardam o charme dos bairros marcados pelo passado, que foi endereço de condes, escritores, compositores e muitas pessoas ilustres. Começou a ser ocupado pela importante e rica família “paulista” do ouvidor Cristóvão Monteiro. A ela se sucederam, ao longo dos séculos, muitas outras famílias importantes e nobres, comerciantes, profissionais liberais, militares graduados e políticos, que deram ao bairro a fama de ser um recanto de aristocratas da cidade do Rio de Janeiro. Ficaram famosos os saraus, os bailes nas mansões e os concertos no Clube Laranjeiras. Em Laranjeiras e Cosme Velho também nasceram ou viveram intelectuais e artistas importantes da cultura brasileira.



O ambiente natural existente, formado pela Mata Atlântica, com seus diversos rios e formações rochosas, emoldura a área de ocupação urbana, objeto desse estudo. Essa convivência entre o natural e o urbano é a grande qualidade do local, que abriga uma imensa quantidade de prédios significativos em seu patrimônio edificado e conjuntos urbanos com valor paisagístico e cultural, aliados a uma cobertura vegetal expressiva em suas encostas.

Cosme Velho e Laranjeiras são predominantemente residenciais, sendo dotados de atividades de comércio e serviços que atendem as suas necessidades imediatas, e situam-se no eixo principal formado pelas ruas das Laranjeiras e Cosme Velho.

Nesses bairros observam-se edificações de diferentes tipologias estilísticas e formas de implantação no terreno, revelando as várias fases da ocupação da área.

Durante os estudos foram encontrados exemplares de diversas correntes estilísticas na área, como por exemplo:

Neoclássico

O estilo foi implantado no Brasil com a chegada da missão francesa no Rio de Janeiro, no início do século XIX. Caracterizou-se por suas composições de fachada e plantas simétricas e por utilizar elementos de repertório clássico.

Ecletismo

O estilo encontrou uma grande aceitação na classe burguesa. A reprodução destes exemplares foi muito facilitada pela produção industrial dos elementos construtivos e decorativos utilizados na época.

Outros exemplos:

Rua Paissandu: 368, 356.

Rua Gago Coutinho: 53

Rua das Laranjeiras: 396, 398, 400, 402,

Rua Ipiranga: lado par.

Rua Ipiranga: 15.

Rua Marquesa de Santos: 28, 30, 32, 34, 36.

Rua Belizário Távora: 158



Ladeira do Ascurra, 94



Rua Cosme Velho, 355



Rua Cosme Velho, 539

Rua Umari lado par
Rua Pinheiro Machado 190 - Escola Municipal
Anna Frank

Neocolonial

Foi a tentativa de se estabelecer um vocabulário estilístico essencialmente brasileiro, identificado com as nossas raízes do período colonial.



Rua Cosme Velho, 829

Outros exemplos:

Rua Marquês de Pinedo: alguns imóveis

Rua Alice: 550.

Rua Professor Ortiz Monteiro: 220.

Rua Cardoso Júnior: lado par.

Rua Belizário Távora: lado ímpar.

Rua Estelita Lins: 99.

Art-Déco e arquitetura moderna

Estes estilos traduzem a tentativa de eliminação em formas depuradas de qualquer elemento decorativo. Significa uma tentativa de ruptura baseada em possibilidades de exploração plástica de elementos arquitetônicos industrializados, como vidro, ferro e concreto armado.



Travessa Euricles de Matos, 17

Outros exemplos:

Rua das Laranjeiras, 372.

Rua das Laranjeiras, 102.

Rua Leite Leal, 99.

Rua Esteves Júnior, 12.

Rua das Laranjeiras, 144, 136.



Rua Presidente Carlos de Campos, 417

A primeira preocupação com o patrimônio na região ocorreu em 1986, quando foi criada, pelo decreto 1046 de 28 de outubro de 1987, a APA - Área de Proteção Ambiental do Bairro do Cosme Velho e de parte do Bairro de Laranjeiras, posteriormente substituído pela **lei 1784 de 29 de outubro de 1991** que preservou diversos bens na área. Essa legislação somente contemplou o bairro do Cosme Velho e parte de Laranjeiras. Em **10 de outubro de 2001, pelo decreto 20.611**, foi criada a APAC, Área de Proteção do Ambiente Cultural do bairro de Laranjeiras complementando a preservação dos dois bairros.



Subárea 1

Rua General Clício: 324, 326, 335, 355; 364, 400, 407, 440, 445, 486

Rua General Cristovão Barcelos: 24, 280

Rua Professor Ortiz Monteiro: 15

Subárea 2

Rua das Laranjeiras: 486, 488, 506, 512, 531, 537, 539, 550, 559, 563, 567

Rua Rumânia: 11, 13, 14, 15, 19, 27, 44

Rua Pires de Almeida: 7, 8, 14, 15, 22, 26, 30, 41, 45, 49, 52, 53, 56, 57, 60, 61, 65, 66, 67, 72, 73, 76, 79



Rua das laranjeiras, 486

Subárea 3

Rua Cosme Velho: 89, 98, 103, 120, 123



Rua Cosme Velho, 120

Subárea 4

Rua Cosme Velho: 218, 276, 342, 343, 350, 354 (casas I, III, IV, V, VI, VII; VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XV, XVII e XIX) 355, 361 (casas 1, 2 e 3) 362, 370, 381



Rua Cosme Velho, 218

Subárea 5

Rua Cosme Velho: 526, 539, 561, 586, 596, 599, 647

Rua Schimdt de Vasconcelos: 34



Rua Cosme Velho, 539

Subárea 6

Rua Cosme Velho: 778, 792, 800, 822, 829, 857

Beco do Boticário: 4

Largo do Boticário: 20, 26, 28, 30, 32

Fonte localizada no lado direito do acesso ao viaduto Machado de Assis

Subárea 7

Rua Cosme Velho: 985, 1.166

Ladeira dos Guarapós: 70

Para proteção da Bica da Rainha, Bem Tomado Federal, os jardins do lote 381 da Rua Cosme Velho deverão ser preservados e, para tanto, qualquer construção a ser feita nesse lote deverá ter a altura máxima de 14 metros e afastamento frontal de 40 metros.



Tombados definitivamente:
Chafariz, na Praça São Salvador, s/n



Imóvel na Rua das Laranjeiras, 110

Imóvel na Rua Paissandu, 319



Capela Coração de Jesus, na Rua Pereira da Silva, 319

Aléia de Palmeiras Imperiais, na Rua Paissandú



Imóvel na Rua Presidente Carlos de Campos, 13/35

Imóvel na Rua Presidente Carlos de Campos, 14



Calçamento em paralelepípedo da Rua Ribeiro de Almeida



Conjunto arquitetônico e esportivo do Fluminense Futebol Clube (inclusive o campo de futebol), na Rua Álvaro Chaves, 41 (fora da APAC)

Imóvel na Rua Gago Coutinho, 51, 53 (fachada), 55 (fachada) (fora da APAC)

Imóvel na Rua Marquesa de Santos, 8, 10, 14, 28 e 30, 34 e 36 (fora da APAC)

Imóvel na Rua Pereira da Silva, 61,86 (fora da APAC)

Convento Nossa Senhora do Cenáculo, Capela Nossa Senhora do Cenáculo e aleia de palmeiras, na Rua Pereira da Silva, 135 (fora da APAC)

Tombados provisoriamente:
Imóveis: Rua Belisário Távora, 158



Subárea 1

Rua Gago Coutinho: 94
Rua das Laranjeiras: 60, 66, 70/72,84, 102, 114,144

Subárea 2

Praça São Salvador: 1, 3, 5
Rua Coelho Neto: 9, 11, 39, 47, 57, 71
Rua Conde de Baependi: 51 (= 12 da Rua Esteves Júnior), 53 (= 14 da Rua Esteves Júnior); 79 - 98; 106
Rua Esteves Júnior: 33, 35, 45, 51, 55, 57; 4, 12 (= 51 da Rua Conde de Baependi), 14 (= 53 da Rua Conde de Baependi), 26, 28, 76, 78
Rua Ipiranga: 11, 15, 19, 47, 49, 51, 53, 55, 59, 61, 65, 67, 67-A, 69, 73, 79, 101, 103, 105 (vila - casas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV); 107, 115, 117, 119, 121, 123; 54, 78, 80, 82, 84, 86, 88, 90 (vila - casas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV), 92, 94, 96 (vila - casas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX-A, XX, XXI, XXII, XXIII), 98, 102, 112 (vila - casas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX), 136, 138



Rua Ipiranga

Rua das Laranjeiras: lado ímpar 111; 113; 125; 129
Rua Marquês de Pinedo: lado ímpar 63; 67; 71; 75; 89 - lado par 26; 38; 46; 52; 66; 84
Rua Paissandu; lado ímpar 229; 231; 313 - lado par 230; 264 (vila - casas I, III, IV, V, VI, VII, VIII, X, XI, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII); 272; 274; 288; 310; 356; 362; 384; 386; 394

Rua Pinheiro Machado: 89
Rua Presidente Carlos de Campos: 53, 63 (vila - casas I, II, III, IV), 71, 417; 190, 218, 258, 300
Rua São Salvador: 72, 72-A
Rua Senador Correia: 5, 3, 37, 39, 45, 47, 51, 53, 59, 61; 8, 10
Travessa Euricles de Matos: 17, 23, 27, 31, 35, 39, 45; 12, 14, 16, 18, 20, 24, 28, 32, 36, 40, 46
Travessa Pinto da Rocha: 12, 18, 22, 28, 32, 36, 40, 44, 50

Subárea 3

Rua Pereira da Silva: 319 (parte da edificação com fachada voltada para a Rua Pereira da Silva), 218 (= 1 da Rua Umari), 310, 322, 402, 406, 414, 524, 536, 622



Rua Pereira da Silva, 310 e 322

Rua Umari: 1 (= 218 da Rua Pereira da Silva), 25, 35, 43, 51, 65; 10, 28, 40, 50, 64

Subárea 4

(*Regida pelo Decreto n.º 17.028 de 25/09/98)



Rua das Laranjeiras

Rua das Laranjeiras: 222, 230, 232
Rua Ribeiro de Almeida: 23,25,29; 30, 32, 50

Subárea 5

(*Regida pelo Decreto n.º 13.051 de 29/09/94)

Preservados

Rua das Laranjeiras: 301, 304, 308

Rua Leite Leal: 79, 85, 99; 32, 44 (vila casas IX e X), 98, 108, 122

Rua Sebastião Lacerda: 37, 39, 43, 45, 51; 6, 8, 12, 14, 32, 34, 36, 38, 54, 70

Tutelados

Rua Leite Leal: 65; 74, 44 (vila casas de I a VIII e de XI a XXI), 88

Rua Sebastião Lacerda: 23, 31, 41 (vila casas I a XV), 58, 60, 62, 64, 66

Subárea 6

Rua Alice: 21, 51 (vila - casas I, II, III, IV, V), 59, 67, 75, 113, 119, 139, 151, 201, 209, 217, 225, 237, 245, 253, 289, 293, 305, 315, 319, 325, 413, 425, 427, 551, 681, 691, 759, 1285; 24, 34, 46, 50, 70, 96, 118, 130, 138, 146, 150, 160, 180, 190, 234, 240, 246, 256, 262, 268, 274, 290, 298, 308, 462, 550, 570, 578 (= 650); 98/628; 650 (= 578), 684, 878, 930, 932, 934, 1022, 1034, 1090, 1100, 1284, 1312, 1324, 1476

Rua Aparício Borges: 6, 10, 12, 22

Rua Cardoso Júnior: 13, 19, 33, 43-A, 43, 47-A, 47, 51, 55, 55-A, 61, 61A, 63 (inclusive mangueira nos fundos do lote), 69, 73 (= 135), 73-A, 77, 77-A, 79, 95, 109, 109-A, 117, 123, 131, 133, 135 (= 73), 141, 157, 159, 161, 161-A, 183, 185, 193, 199, 205, 211, 221, 289, 291, 297, 301, 315, 323, 327, 327-A, 343, 351, 355, 381, 383, 387, 479; 12, 16, 76, 80, 82, 112, 128, 130, 134, 140, 144 (=172), 150, 154, 172 (=144), 182, 196, 200, 280, 286, 288, 294, 312, 314, 316, 318, 320, 324, 326, 332, 334 (vila - casas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII), 400

Rua Aparício Borges: 6, 10, 12, 22

Rua Cardoso Júnior: 13, 19, 33, 43-A, 43, 47-A, 47, 51, 55, 55-A, 61, 61A, 63 (inclusive mangueira nos fundos do lote), 69, 73 (= 135), 73-A, 77, 77-A, 79, 95, 109, 109-A, 117, 123, 131, 133, 135 (= 73), 141, 157, 159, 161, 161-A, 183, 185, 193, 199, 205, 211, 221, 289, 291, 297, 301, 315, 323, 327, 327-A, 343, 351, 355, 381, 383, 387, 479; 12, 16, 76, 80, 82, 112, 128, 130, 134, 140, 144 (=172), 150, 154, 172 (=144), 182, 196, 200, 280, 286, 288, 294, 312, 314, 316, 318, 320,

324, 326, 332, 334 (vila - casas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII), 400

Rua das Laranjeiras: 401, 405; 366 (= 27 da Rua Mário Portela)

Rua Mário Portela: 27 (= 366 da Rua das Laranjeiras), 49, 61, 71, 79, 89, 113, 125, 139, 145, 153, 243, 253, 257, 267, 275, 285 (vila - casas I, II, IX-A, X, X-A, XV, XVII, XIX, XX, XXI), 285-A, 293; 16, 40, 54, 82, 106, 120, 130, 134, 206, 212, 222, 230, 236, 240, 250, 256

Subárea 7

Rua Belisário Távora: 25, 47, 111, 129, 145, 163, 181, 305; 98, 336

Rua General Cristóvão Barcelos: 31, 65, 255

Rua General Glicério: 115, 131, 145, 147, 183; 40, 224

Rua Professor Estelita Lins: 33, 45, 63, 77, 99, 123, 141, 149, 159, 167, 173; 20, 50, 74, 90, 100, 118, 184



Rua Professor Estelita Lins, 33, 45, 63

Rua Professor Luís Cantanhede: 41, 47, 227, 233; 12, 32, 48, 62, 80, 92, 130, 136, 192, 202, 214

Rua Professor Ortiz Monteiro: 36, 104, 220, 296
Rua Teixeira Mendes: 51, 89; 50, 78, 162

Ficam também incluídas e preservadas como de relevante interesse ecológico, objetivando a proteção do ecossistema da microbacia do Rio Carioca, as matas remanescentes das encostas do Morro Dona Marta, que servem de fundo às ruas Belisário Távora, Couto Fernandes, Marechal Esperidião Rosa e o conjunto escultórico natural, formado por antiga saibreira no trecho final da Rua Cardoso Júnior até o seu entroncamento com a Rua Mundo Novo.



Bica da Rainha na Rua Cosme Velho, 381 - Tombamento em 11/05/1938 - Livro Histórico vol. 1 Inscrição 24 - Livro Belas Artes vol. 1 inscrição 5 (F)

Edifício da Sociedade Amantes da Instrução na Rua Ypiranga, 70 - Tombamento em 19/01/72 - Portaria nº 03/72 (E)

Casas Casadas na R. das Laranjeiras, 307 e Rua Leite Leal, 11, 19, 29, 33 e 45 - Tombamento em 08/02/79 - (E) e Dec. 13.051 de 29/06/94 (M)



Estação inicial da Estrada de Ferro do Corcovado na Rua Cosme Velho, 513 - Tombamento em 19/06/85 - Proc. E- 03/031272/83 (E)

Largo e Beco do Boticário e Solar dos Abacaxis na Rua Cosme Velho, 792, 800, 822 e 857, Largo casas 20, 26, 28, 28 fundos, 30 e 32 e Beco casa 4 e Edícula s/nº do lado esquerdo da pista de acesso ao Túnel Rebouças - Tombamento em 31/08/1990 - Resolução sec 26/90 (E)

Imóveis

Rua das Laranjeiras, 388, 390 (Vila Olga), 392, 394, 396, 398, 400, 402, 404 e 406
Rua Mário Portella, 27 e 49
Rua das Laranjeiras, 222, 232, 301, 304 e 308
Rua Ribeiro de Almeida, 23, 25, 30, 32 e 50
Rua Ipiranga, 15, 47, 49, 51, 53, 55, 59, 65/67, 69, 73, 79, 115, 117, 119, 121 e 123 - 54, 78, 80, 82, 84, 86, 88, 92, 94, 96, 136 e 138

Rua Paissandú: 274, 277 e 278
R. Esteves Júnior, 4, 12, 14, 26, 28, 33, 35, 51/57 e 78
Praça São Salvador, 1, 3 e 5
Rua São Salvador, 72 e 72 A
Rua Senador Corrêa, 10, 12 e 14
Tombamento em 09/12/1998 - Proc. E- 18/001.553/98 (E)

Imóvel na Rua Esteves Júnior, 42 - Tombamento em 28/04/99 - Proc. E- 18/001.553/98 (E) e Lei 2795 de 28/04/99 (M)

Chafariz na Praça São Salvador - Tombamento em 09/12/1998 - Proc. E- 18/001.553/98 (E)

Antiga Sede da RIOARTE, na Rua Rumânia, 20 - Tombamento em 05/10/1983 - Dec. 4.254/83 (M)

Mercado São José na Rua das Laranjeiras, 90 - Tombamento em 16/12/83 - Lei 2263/83 (M)

Sobrado e alfaiais na Rua Ribeiro de Almeida, 29 - Tombamento em 02/10/86 - Dec. 6170/86 (M)

Casa na Rua Smith de Vasconcelos, 30 - Tombamento em 17/12/1987 - Dec. 7295/87(M)

Imóvel na Rua das Laranjeiras, 490 - Tombamento em 11/06/2001 - Dec. 14511/01 e Dec. 20044/01 (M)

Sobrados na Rua das Laranjeiras, 541 e 543 - Tombamento em 11/06/2001- Dec. 14511/01 e Decreto 20044/01 (M)

Igreja de São Judas Tadeu na Rua Cosme Velho, 470 - Tombamento em 30/06/2005 - Lei 4120/05 (M)

Imóvel na Rua Senador Pedro Velho, 12 - Tombamento em 04/08/2006 - Dec. 26850/06 (M)

Centro Paroquial Monsenhor Bessa na Rua Cosme Velho, 430 - Tombamento em 19/09/2007 - Lei 4590/07(M)

Paisagismo no Canteiro Central da Rua General Glicério - Tombamento em 04/08/09 - Dec. 30936/09 (M)



- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7 Subáreas APAC Laranjeiras

Imagem sem valor legal. Para informações consulte o IRPH.



Imagem sem valor legal. Para informações consulte o IRPH.

1 APAC COSME VELHO